



A PRESENÇA
AFRICANA
EM PORTUGAL,
UMA HISTÓRIA SECULAR:
PRECONCEITO, INTEGRAÇÃO,
RECONHECIMENTO (SÉCULOS XV-XX)

Isabel Castro Henriques



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SECRETÁRIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



A PRESENÇA AFRICANA EM PORTUGAL,
UMA HISTÓRIA SECULAR:
PRECONCEITO, INTEGRAÇÃO, RECONHECIMENTO
(SÉCULOS XV-XX)

Isabel Castro Henriques



A PRESENÇA AFRICANA EM PORTUGAL, UMA HISTÓRIA SECULAR: PRECONCEITO, INTEGRAÇÃO, RECONHECIMENTO (SÉCULOS XV-XX)

Portugal, país onde a presença africana constitui um fenómeno histórico singular e plurissecular, possui hoje uma demografia significativa de pessoas directa ou indirectamente oriundas de África, aqui instaladas no tempo longo da história ou descendentes das migrações de Africanos que datam do século XX, cujo reconhecimento exige estudos rigorosos capazes explicar os contornos globais e os mecanismos sociais que o caracterizaram*.

A complexa problemática do reconhecimento das populações africanas instaladas fora dos seus territórios de origem exige o conhecimento do passado e das matrizes históricas que marcaram esses percursos e traçaram os caminhos da actualidade. Se o reconhecimento se pode definir como uma operação de conhecimento das histórias e das culturas africanas, engloba também a necessidade de valorizar a contribuição dos Africanos para a construção social, económica, cultural dos espaços do mundo para onde migraram, à força ou por vontade própria, ao longo da História.

É neste sentido que se organiza esta publicação centrada no reconhecimento da história e das culturas africanas, na sua autonomia, diversidade e singularidade, desmontando os preconceitos que se foram enraizando na sociedade portuguesa, valorizando e respeitando a participação activa e dinâmica dos homens e das mulheres de matriz africana que viveram e vivem em Portugal. O seu objectivo é dar a conhecer e compreender os processos históricos, que permitem adquirir os instrumentos teóricos para combater o preconceito e os fenómenos de discriminação, e olhar com clareza, inteligência e respeito para as comunidades africanas, os seus valores e as suas formas de estar e de pensar o mundo, dignificando as suas realizações e a sua contribuição para as sociedades onde estiveram e estão hoje integradas.

* Se a Década Internacional das Pessoas de Ascendência Africana, aprovada pela ONU em 2015 e que se estende até 2024, apresenta como objectivo central erradicar as injustiças sociais herdadas da história e lutar contra o racismo, o preconceito e as discriminações raciais, sublinha igualmente a necessidade de reforçar as acções de reconhecimento das dimensões histórica, civilizacional e cultural dos povos africanos.



.....
O Cais do Sodré em 1785

Pintura de Joaquim Marques, que, para além de mostrar a intensa actividade que marcava a vida fluvial de Lisboa, regista também a presença de uma pequena orquestra de Africanos, um dos muitos portadores de meninos-Jesus que procuram obter esmolas, assim como duas mulheres negras, uma delas, provavelmente vendedeira transportando um cesto à cabeça. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.

I. A INSTALAÇÃO DOS AFRICANOS EM PORTUGAL E A CONSTRUÇÃO E REFORÇO DO PRECONCEITO ANTI-NEGRO (SÉCULOS XV-XX)

Se historicamente a memória da presença africana terá começado a organizar-se no século XIII, é sobretudo a partir do século XV que a chegada de muitos homens e mulheres africanos introduzidos em Portugal como escravos, conduz à criação portuguesa de formas de rejeição física e social desses Outros diferentes nos corpos e nos comportamentos. É o início de um longo processo de construção e de afirmação de um preconceito que desvaloriza a humanidade dos Africanos, marcado pelos diferentes contextos históricos que se vão sucedendo, refazendo e reforçando a sua inferiorização, numa linha de continuidade que permite compreender a eficácia e a durabilidade deste fenómeno europeu que é também português. Até quase aos nossos dias a identificação imediata entre Preto ou Negro=Escravo marca ainda o nosso imaginário: a discriminação racial e social articula-se para construir uma imagem negativa do Africano.

As primeiras referências a populações negras na Península Ibérica e mais particularmente no território galego encontram-se registadas numa memória escrita e iconográfica, intitulada *Cantigas de Santa Maria*, mandada organizar por Afonso X, rei de Leão e Castela, entre 1252 e 1284, que regista a presença de uma Africana “negra como carvão”, “donzela feia”, “velosa como cão”, “velha de má côr”, mal cheirosa como “sison e alermã” (ave e planta), retratada com uma violência somática que vai perdurar durante séculos no vasto mundo ocidental. Este texto possui a qualidade de definir as condições em que nasceram alguns preconceitos que tanto evocam a estrutura física dos Africanos, cujos corpos são desvalorizados devido primeiro à côr, depois aos outros caracteres somáticos considerados negativos – o cabelo, a boca, o nariz, o cheiro –, que os aproximam dos animais, opondo-os à superioridade do corpo da norma que só pode ser branco. Esta lógica do corpo e da côr, se permite que os Africanos organizem as suas vidas, não deixa por isso de constituir um obstáculo à sua plena integração na sociedade dos homens, isto é, dos Brancos.



Perfil quinhentista de um Africano

Friso esculpido, integrado no Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, cuja identificação é possível graças às características fisionómicas, que irão marcar a leitura negativa dos Africanos. Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa. Fotografia de Luís Pavão, IGESPAR.

No quadro histórico das populações que chegaram à Península Ibérica, por terra ou por mar, como foi o caso de duas das mais significativas colonizações – a romana e a árabe, em períodos diferentes e relativamente curtos –, que deixaram inúmeras marcas no país, a matriz, a longa duração e a natureza da presença de Africanos em Portugal constituem um elemento diferenciador fundamental, que se inscreve numa outra lógica civilizacional, iniciada pelos Europeus a partir do século XV. A maioria dos homens, mulheres e crianças de África não vieram de livre vontade, mas foram capturados ou comprados no litoral do continente africano, para serem desembarcados como escravos no extremo ocidental do fragmento ibérico da Europa. Em 1453, Zurara descreve a chegada do primeiro grande carregamento, desembarque e partilha de cativos, que se haviam de transformar em escravos. Este acontecimento, que envolveu mais de duzentos homens, mulheres e crianças africanas, registou-se na cidade de Lagos, no sul de Portugal, em 5 de Agosto de 1444, na presença do Infante D. Henrique. O cronista organiza o seu discurso em torno das características somáticas, sublinhando a heterogeneidade física destes Africanos, propondo a primeira hierarquização dos corpos e das raças e definindo uma grelha classificatória que os séculos seguintes irão reforçar.

Séculos de escravização em Portugal e no Brasil e de conflitos em África, marcados pelo tráfico negreiro, conduziram a um contínuo reforço da inferiorização do Africano, que as teorias e a ciência oitocentista e novecentista, aliadas às práticas portuguesas no quadro da colonização e às operações de dominação e de guerra coloniais de Portugal em África, legitimaram de forma científica e histórica. O reforço de um preconceito robusto, gerador das operações classificatórias que marcaram e hierarquizaram as humanidades, traduzindo-se na consolidação e banalização de imagens e de estereótipos que foram organizando o imaginário português, marcou as relações dos Portugueses com as populações de origem africana.



.....

O Chafariz d'El Rey no século XVI

Pintura de autor desconhecido, datada de c.1570- c.1580, que representa uma cena urbana lisboeta. O quadro concentra uma multidão misturando vários grupos sociais, onde se destaca uma grande quantidade de Africanos desempenhando as mais diversas tarefas, transportando água ou calhandras cheias de detritos, descarregando as embarcações acompanhando os senhores ou sendo levados bêbados para a cadeia. Mas algumas cenas são inusitadas e surpreendentes: um Africano ao leme de uma pequena embarcação, enquanto o colega toca pandeireta para tornar mais doce a relação amorosa dos dois passageiros brancos; a figura de um escravo - na "pista de dança", à esquerda - carregando uma bilha na cabeça e preso por uma corrente de ferro que liga o pescoço aos pés; um Africano a cavalo com o hábito da Ordem de Santiago, no primeiro plano; e, no baile, podemos ver um par dançante formado por um homem preto, aparentemente calçado, e uma mulher branca, descalça! Às janelas, as Portuguesas contemplam o espectáculo, certamente barulhento, marcado pela música e pela dança. Saliente-se que o uso das bicas dos diferentes chafarizes urbanos foi rigorosamente regulamentado no século XVI, segundo a côr da pele e o estatuto social dos utilizadores (Postura Municipal de 1551). Associação de Colecções - The Berardo Collection, Lisboa.



.....
O Bairro do Mocambo em Lisboa

Painel de azulejos pertencente à *Grande Vista de Lisboa*, de barro vidrado, fabricada entre 1700 e 1725 e atribuída a Gabriel del Barco, que representa a cidade antes do terramoto de 1755. Este pormenor assinala a maneira como o Mocambo se integrava no espaço urbano ocidental de Lisboa – fora de portas mas permitindo a proximidade necessária para o desempenho fácil das diferentes actividades urbanas das populações africanas aí residentes –, assinalado pelas colunas de fumo das olarias que ali teriam funcionado. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa. Fotografia de Carlos Monteiro, DDF-IMC.

II. MODELOS E ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DOS AFRICANOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA (SÉCULOS XV-XIX)

Despojados de tudo, milhares de Africanos, oriundos de regiões e de culturas diversas, integraram-se no país, entre os séculos XV e XIX, tornando-se uma presença estruturante da sociedade, deixando sinais directos ou indirectos nas memórias e nos imaginários portugueses. Se a visibilidade dessa presença é pouco consistente, uma análise atenta e sistemática revela a densidade de uma herança africana silenciosa, frequentemente assinalada para registar fenómenos negativos, na organização do país: no trabalho, na produção, na religião, na magia, na festa, na música, na dança, no corpo, na sexualidade, na língua, na toponímia.

A organização do espaço urbano: o bairro do Mocambo em Lisboa

De entre os lugares cuja forte marca africana era revelada pela toponímia oitocentista, salienta-se pelo seu carácter inédito e único na Europa, o Mocambo de Lisboa, hoje a Madragoa. Bairro da cidade, por alvará régio de 1593, cuja designação – sinónimo de quilombo, em quimbundo – remete para o umbundo, uma das línguas de Angola, designando ‘lugar de refúgio’, ‘local de instalação’, ‘pequena aldeia’, o Mocambo era, desde os finais de Quinhentos, um espaço urbano onde os Africanos, sobretudo livres, mas também alguns escravos que lá encontravam refúgio, estavam instalados, coabitando, a partir do século XVII, com Portugueses, sobretudo gente ligada às actividades do mar.

Registe-se a singularidade deste facto: por um lado, a argúcia das autoridades portuguesas que se traduz na aceitação/utilização de um termo africano (que conheciam, desde 1530, como lugar de refúgio dos escravos fugidos dos engenhos de açúcar da ilha de São Tomé) para identificar o bairro dos ‘pretos’ ou ‘negros’, que à semelhança da ‘mouraria’ e da ‘judiaria’ deveria designar-se ‘pretaria’ ou ‘negraria’; por outro lado, sublinha também o engenho africano capaz de criar um território próprio, permitindo travar a pulverização da presença africana e estruturar uma comunidade integradora de formas culturais diversas, portuguesas e africanas.



Travessa do Poço dos Negros

Perpendicular à Rua do Poço dos Negros, esta travessa seria o lugar onde existiria um poço que a história fixa com duas origens possíveis: o poço dos negros que D. Manuel I teria ordenado construir, por carta régia de 1515, para aí serem lançados os escravos negros mortos, ou o poço de águas límpidas erigido pelos 'Negros' isto é, os padres de hábito negro instalados naquela zona da cidade. Uma questão é no entanto certa: o rei mandou edificar um poço para esse fim na parte ocidental da cidade, para evitar que os corpos dos escravos fossem lançados do alto de Santa Catarina, ficando a descoberto e criando situações más na cidade. Fotografia de Júlio Marques.

O lugar do Bairro do Mocambo num mapa de Lisboa de 1844

De origem alemã, seguindo uma carta inglesa de 1833, este mapa permite a visão plena do bairro onde, na época, se integrava a Rua das Trinas do Mocambo, registando a passagem do Mocambo de bairro a rua, pondo em evidência as modificações verificadas desde o início de Oitocentos. Gravura de Joseph Meyer, *David Rumsey Map Collection*, EUA.



Desde os finais do século XVI, o bairro concentrava parte significativa da população forra de Lisboa, caracterizando-se ao longo dos séculos pela presença de inúmeras comunidades religiosas femininas extintas em 1834, que eram grandes consumidoras de mão de obra africana escrava, mantendo relações apertadas com os habitantes africanos para a concretização das mais diferentes tarefas de natureza doméstica ou artesanal.

Pouco a pouco, os Africanos abandonaram o bairro e a desapareição do Mocambo de Lisboa foi-se acentuando, transformando-se, primeiro em Rua, depois em Travessa do Mocambo e desaparecendo na segunda metade do século XIX.



◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇ A integração africana ◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇
nos quotidianos portugueses: o trabalho

Presentes de norte a sul, do litoral ao interior do país, os Africanos desempenharam um número amplo de tarefas indispensáveis ao funcionamento da sociedade portuguesa, quer nos campos, quer nas cidades, quer ainda nos empreendimentos marítimos, como marinheiros nas caravelas portuguesas. Se a maioria das actividades domésticas lhes era atribuída, também os trabalhos agrícolas e piscatórios, as actividades artesanais e as tarefas comerciais, como a venda dos produtos essenciais às populações, caracterizavam as suas esferas de acção e de participação na vida das comunidades. Registe-se a sua intervenção na manutenção das estruturas urbanas - o fornecimento de água, a recolha e despejo dos detritos, a limpeza das ruas, o transporte de pessoas e mercadorias, a circulação da informação -, da qual dependiam muitos Portugueses.



◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇
O Porto de Lisboa

Gravura quinhentista de Théodore De Bry que representa a margem ribeirinha do Tejo entre o actual jardim do Tabaco e o Terreiro do Paço. Registe-se a intensa participação de Africanas nas numerosas actividades que caracterizam o cais: carga e descarga, tarefas de navegação e marinharia. Théodore de Bry, *Les Grands Voyages*, 1592, Service Historique de la Défense/ Département de la Marine, Paris.



Mais do que nos espaços rurais, era nas cidades que os Africanos, em particular, os forros e livres, dispunham de um vasto leque de tarefas que, pela sua importância social, lhes permitia uma certa autonomia. Homens e mulheres africanos, escravos ou forros, asseguravam as tarefas do quotidiano respeitando uma divisão sexual do trabalho que as regras portuguesas definiam com rigor, quer nos campos, quer sobretudo nas cidades. Para além das tarefas associadas à gestão e higiene urbanas – varredores, caiadores, calhandreiras –, mas também de serviços tão indispensáveis como o abastecimento de água, que levou as autoridades a construir chafarizes e a gerir e controlar a utilização das bicas, a cargo sobretudo das mulheres, estas dedicavam-se também a outras tarefas de natureza doméstica e social, como lavadeiras, domésticas, amas de crianças e ainda à actividade comercial centrada nos bens alimentares, como os produtos agrícolas, o peixe e produtos de fabrico doméstico, não esquecendo a venda de outros bens de consumo, como o carvão. Muitas destas vendedeiras tinham clientes portuguesas certas, as freguesas, que nelas confiavam esperando-as quotidianamente e comprando os seus produtos indispensáveis à alimentação familiar. Aos homens cabiam tarefas mais pesadas como a caiação das casas e outros trabalhos na construção e manutenção de edifícios, o transporte de pessoas e mercadorias, a circulação de informações e mensagens, as produções artesanais, como a olaria, a carpintaria, o trabalho do ferro e do couro, a ourivesaria, a tecelagem, e ainda as actividades ligadas à construção naval, à marinha, à pesca.

Registe-se ainda a especialização do trabalho dos Africanos livres, que, integrados na sociedade, tendo aprendido o lucro, impunham regras, preços, formas criadoras de riqueza – as fontes dão-nos conta de ricas mulheres africanas proprietárias de casas urbanas que alugavam a viajantes portugueses –, os Africanos foram um elemento estruturante da vida urbana do país.



As tarefas urbanas dos homens e das mulheres africanos em Lisboa

Durante séculos, os Africanos levaram a cabo tarefas indispensáveis à vida urbana, que não só diziam respeito à gestão e limpeza da cidade, mas garantiam a produção e o comércio. As mulheres em particular ocupavam-se do pequeno comércio de rua, assegurando o abastecimento dos bens necessários ao quotidiano dos Portugueses. Homens e mulher africanos pescando no rio, azulejos seiscentistas, Palácio Fronteira, Fundação das Casas de Alorna e Fronteira, Lisboa. Mulher africana provavelmente doméstica, amanhando peixe, Painel de azulejos do século XVIII, Museu da Cidade-CML, Lisboa. Calhandreira africana que recolhe os detritos das casas lisboetas, pintura de Zacharie-Félix Doumet, de 1806, Museu da Cidade-CML, Lisboa. Caiador-tarefa masculina mais corrente e mais constante ao longo dos séculos- e vendedeira de tremoços, Litografia colorida, Museu da Cidade-CML, Lisboa. Vendedeira de fava-rica, Litografia colorida de Manuel S. Godinho, Coleção de Estampas *Ruas de Lisboa*, 1826, Museu da Cidade-CML, Lisboa. Vendedeira de Mexilhão, Fotografia, Museu da Cidade-CML, Lisboa. «Calhandreira fazendo despejo na doca de Belém». Nesta imagem são postos em evidência dois pólos da actividade dos Africanos: enquanto os homens se empenham na descarga do barco ancorado na areia, as mulheres procedem ao despejo das calhandras; uma delas descansa depois de efectuado o despejo, a outra executa a operação. Este gesto durou séculos, só tendo terminado no final do século XIX. Litografia colorida, *Sketches of Portuguese Life*, Londres, 1826. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Fotografias de Júlio Marques.

Mas o trabalho dos escravos africanos ficou também marcado por uma situação degradante, desumana e dolorosa da qual se conhecem poucas informações: uma (provável) minoria sofreu um processo de animalização durante séculos, silenciado pelas autoridades, pelos documentos, pelo conhecimento. Trata-se da 'criação de escravos', como se de animais se tratasse, referida num documento de finais do século XVI, de Giovanni Battista Venturino, enviado do Papa Pio V à Corte portuguesa em 1571, que vê e relata uma 'indústria' de produção de escravos em Vila Viçosa, nas propriedades reais, que seria prática em diversas regiões do país, traduzindo-se numa produção e comercialização de homens e mulheres, que permitia aos proprietários a realização de lucros importantes.

Se no último quartel do século XVIII, após a abolição pombalina da escravatura em Portugal (1761-1773), o número de escravos negros continuava elevado, não só porque os filhos de pais escravos herdavam o mesmo estatuto, mas também porque se mantinha a criação de escravos denunciada em documentos oficiais, o século XIX deixou

«Há uma raça de escravos negros, alguns dos quais são reservados somente para emprenhadores de muitas mulheres, como garanhões, fazendo-se exactamente com eles, como com as raças de cavalos em Itália. Deixam-se cavalgar estas mulheres para que possam parir, porque o produto é sempre do patrão destas escravas, e digo, que são servas prenhas. Não é permitido aos garanhões negros cavalgar as prenhas sob pena de 50 chicotadas, mas cavalgar somente as não prenhas, porque se vendem as crias a 30 ou 40 escudos cada uma; e destes rebanhos de fêmeas há muitos em Portugal e nas Índias, só para venderem as crias...»

**'A criação de escravos': texto de Giovanni Battista Venturino, 1571.
Biblioteca da Ajuda, Lisboa**

Grilhetas de ferro com duas argolas e corrente comprida

Peça oferecida por João Pinto Simões a José Leite de Vasconcelos em 1914. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia de Luísa Oliveira, DDF-IMC.



Coleiras de escravos

Recolhidas por Leite de Vasconcelos, estas coleiras de latão, provavelmente setecentistas, desenhadas por Francisco Valença, procediam à desumanização dos escravos, assim marcados com objectos destinados a mantê-los na esfera animal. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Fotografia de Luísa Oliveira, DDF-IMC.



vestígios perturbadores dessa violência no património português. Esta zoomorfização dos homens é revelada pela existência de coleiras identificando o proprietário, colocadas no pescoço do escravo, pondo em evidência a condição animalizada dos 'pretos'. Leite de Vasconcelos, que recolheu duas coleiras em latão, em finais do século XIX, integrando-as nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, traduz essa violência num texto de 1915: "Como este objecto escalda as mãos quando se lhe toca! Que vilipêndios não traduz! A que lágrimas não deu origem!"

◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇ A participação dos Africanos ◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇ nos espaços religiosos e lúdicos portugueses

Se a actividade económica marcava a participação dos Africanos nos quotidianos portugueses, estes organizavam-se igualmente em torno dos mais diferentes acontecimentos de natureza social, sobretudo cerimónias festivas lúdico-religiosas, onde encontravam um espaço privilegiado de integração. Africanos de estatutos sociais diversos – se a maioria eram escravos ou forros, devemos também sublinhar a presença de outras figuras africanas como representantes diplomáticos ou altos dignitários religiosos – participavam intensamente na vida pública e privada portuguesa. Procissões, touradas, espectáculos colectivos, celebrações associando o religioso e o profano, punham em evidência a forte intervenção africana, através da dança, da música e das suas manifestações religiosas, consideradas actos de bruxaria ou feitiçaria, sendo os seus praticantes severamente punidos, conduzindo à criação e consolidação de formas religiosas e culturais sincréticas que persistiram nos imaginários e nas práticas portuguesas.

Aceitando as iniciativas portuguesas, os Africanos aderiram desde muito cedo às confrarias, participando nas muitas organizações e actividades da Igreja, criando assim um espaço velado de preservação dos seus valores especificamente africanos, levando o clero mais conservador a denunciar a existência de práticas religiosas, onde a estrutura africana procurava dissolver as regras europeias.





.....

Africano usando a imagem do menino-Jesus para obter esmolas

Trata-se de uma figura repetidamente apresentada na iconografia dos séculos XVII, XVIII e XIX, em que são representadas diversas personagens mais ou menos populares da sociedade portuguesa, como acontece nesta pintura de Zacharie-Félix Doumet, 1806, intitulada *O menino-Jesus, o Aguadeiro e o Dragão Português*, em que o Africano pede esmola, vendo-se uma figura militar, uma devota ajoelhada e um aguadeiro galego. Museu da Cidade-CML, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.

De entre as confrarias, instituições de natureza religiosa, que tinham como objectivo proteger os seus membros, organizar convívios e acções de apoio e de solidariedade, consagrando-se ao culto de uma figura religiosa do catolicismo, destaca-se a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, fundada por volta de 1520 em Lisboa. Esta Confraria estava em pleno funcionamento em 1533 no Mosteiro de São Domingos, reunindo homens e mulheres negros, mestiços e brancos, escravos, forros e livres, desempenhando uma função social, económica, familiar, moral, religiosa, fundamental na vida dos Africanos.

Primeiro em Lisboa, depois em Évora, as confrarias foram-se multiplicando por todo o país, reunindo frequentemente Africanos oriundos da mesma 'nação' - Mina, Congo, Angola, Benim -, fixando-se nos locais onde a densidade populacional africana era mais significativa para gerar uma comunidade de interesses e de práticas coincidentes. Se as Confrarias não provavam a cristianização dos Africanos, punham em evidência a maneira como estes utilizavam uma associação de raiz portuguesa que lhes permitia organizar sistemas defensivos, dando-lhes a possibilidade de recuperar dinheiro para assegurar a alforria dos seus membros e de desenvolver estratégias de preservação cultural. Participando nas muitas cerimónias religiosas, os Africanos introduziram práticas consideradas profanas, como as suas danças, muito apreciadas pela população portuguesa e censuradas, mas não proibidas, pelos poderes político e eclesiástico.



.....

«Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos»

Datado de 2 de Dezembro de 1565, este Compromisso é um dos muitos documentos desta natureza que revelam a preocupação da Igreja em multiplicar, por todo o país, confrarias e irmandades, algumas das quais permitiam a participação de Africanos nas diferentes actividades religiosas. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Até ao início de Novecentos, as confrarias participavam nas numerosas procissões – acontecimentos religiosos, lúdicos, sociais reveladores das hierarquias sociais e do poder económico –, que se organizavam em honra de figuras dos cultos católicos, como Nossa Senhora do Rosário ou o Corpo de Deus, e que marcavam o calendário católico. Mas a presença dos Africanos nestes eventos não se enquadrava num único registo: se alguns participavam como membros das confrarias, outros integravam-se no corpo das procissões com os seus instrumentos e os seus ritmos, com os seus comportamentos e com as suas oferendas, contando sempre com o acordo dos organizadores. Estamos perante um dos aspectos mais característicos desta situação que confiava aos Africanos a produção festiva e musical, criando espaços de diversão de rua e de espectáculo, indispensáveis ao bom êxito da iniciativa, evidenciando um processo de africanização de um ritual católico, pois a música e a dança não eram apenas manifestações lúdicas africanas, mas faziam parte da relação social entre os homens, organizando também as relações com as divindades. Embora a informação anterior ao século XVII seja escassa sobre as práticas rituais africanas organizadas no quadro das festas religiosas católicas, podemos referir uma interessante descrição de 1633, fornecida por um missionário capuchinho castelhano que dá conta da africanização de um ritual católico aceite pelas autoridades religiosas portuguesas, a propósito “do modo como os negros lisboetas



.....

Os Músicos de Santa Auta

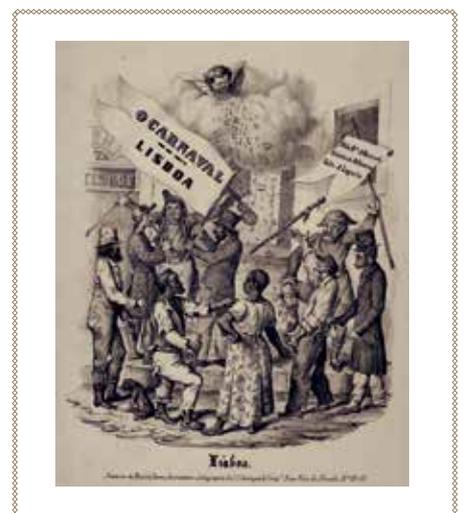
Pormenor do *Retábulo de Santa Auta*, atribuído a Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes (c. 1522), que mostra um coro de cinco africanos, que tocam instrumentos de sopro. O quadro salienta a importância da música nas mais diversas cerimónias e sobretudo a participação dos Africanos, a quem eram reconhecidos os talentos musicais necessários para acompanhar os rituais solenes portugueses. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia DDF-IMC.

celebravam o dia de N^a S^a ad Nives [o 5 de Agosto]: (...) os negros vestiam-se à moda da sua terra, muitos nus com faixa da cabeça a um braço ao peito, e pano de cores para esconder o traseiro e assim adornados, andaram e bailaram pelas ruas, alguns ao jeito de África, ao som de castanholas, violas, tambores, flautas e instrumentos africanos. (...) Sempre a cantar e a dançar, entraram na Igreja do Convento de S. Francisco da Cidade e aí desfilaram duas ou três vezes, até que pararam e assistiram à missa. Deixaram então as oferendas e retiraram-se a dançar.”



Os Africanos e a festa

A participação africana nos mais diversos espectáculos de natureza lúdica organizados pelos Portugueses, ou simplesmente em manifestações espontâneas de alegria e festa, era constante nos quotidianos de Lisboa: *Os pretos em cavalinhos de pasta*, litografia oitocentista de Legrand, integrada no *Album Touradas*, Museu da Cidade-CML, Lisboa. *O Carnaval de Lisboa*, litografia de Canongia de 1875, Museu da Cidade-CML, Lisboa; Fotografias de Júlio Marques.



Dança, música, as mais diversas actividades festivas, das touradas aos carnavais, a concertos e bailes espontâneos nos espaços públicos e privados, a espectáculos de rua variados, a participação dos Africanos era constante, activa e apreciada por todos, em particular, os próprios Portugueses.



A dança, a música e o peditório

Litografia colorida oitocentista, intitulada *Peditório de Nossa Senhora da Atalaya*, representando um peditório levado a cabo por Africanos vestidos segundo as normas das confrarias, acompanhados de músicos e de bailarinos africanos dançando o lundum, dança africana comum nestas cerimónias públicas, apreciada pelos Portugueses - como se vê na imagem - e muito criticada por autores estrangeiros que descrevem cenas lisboetas. *Sketches of Portuguese Life*, Londres, 1826. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. 'Concerto' espontâneo no Cais do Sodré, *O Cais do Sodré em 1785*, pormenor da pintura de Joaquim Marques, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.





.....

Casal africano rezando a Nossa Senhora do Rosário

Retabete de Nossa Senhora do Rosário, de autor desconhecido, datado dos finais do século XVI, representando um casal de Africanos com o vestuário da época – a mulher com a cabeça tapada -, provavelmente casados segundo os rituais católicos, a orar à Santa. Se o casamento era um fortíssimo marcador social e religioso nas sociedades africanas, o matrimónio católico permitia aos Africanos adquirir estatuto social e lugar nos rituais sagrados da sociedade portuguesa. Igreja de Santa Catarina, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.

III. OS 'AFRICANOS-PORTUGUESES': A REINVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE NOVA (SÉCULOS XV-XIX)

Desembarcados de forma continuada em Portugal durante três séculos, os escravos africanos procuraram aderir às formas sociais e religiosas portuguesas. Essa adesão, necessária à sua sobrevivência num espaço desconhecido, põe em evidência as estratégias africanas destinadas a preservar valores fundamentais das suas identidades e das suas memórias históricas.

Um outro nome, um novo corpo,
uma língua diferente, uma religião desconhecida

Uma das primeiras tarefas dos Africanos transferidos para Portugal como escravos consiste na necessidade de se despojarem da dimensão visível da identidade africana, que deixara de se adaptar às condições de funcionamento da sociedade portuguesa. Estavam eles obrigados a resolver o problema fundamental da identidade: tendo sido retirados pela força do seu território e da sua família africana, forçados a renunciar à sua língua materna e a falar português, a cobrir o corpo e a praticar outra religião, os Africanos foram levados a reinventar-se sem perder a sua originalidade. Os Portugueses multiplicaram os obstáculos, desqualificaram-nos, recusaram-lhes autonomia, os Africanos, culturalmente heterogêneos, mantendo a memória do país de origem, viram-se obrigados a organizar estratégias de sobrevivência, começando por inventar uma outra personalidade, mais próxima dos valores e das práticas portuguesas.

Registe-se uma questão importante, reconhecida e realçada nos textos portugueses: estes Africanos pertenciam a sociedades e culturas africanas diferentes. Se para a maioria dos Portugueses os Africanos apareciam como um bloco homogêneo, pela cor e pelas suas práticas sociais, eram eles culturalmente distintos, carregando memórias históricas muito diferenciadas.

Portadores de uma identidade inscrita no corpo e no espírito, foram submetidos pelos Portugueses a rituais diversos destinados a afastá-los dos seus valores e práticas culturais e a integrá-los na norma portuguesa. Aderindo às novas formas sociais e religiosas, os Africanos aceitaram o baptismo e o nome cristão, a rejeição da nudez e o corpo vestido, o casamento cristão, as relações afectivas, aderindo também às organizações, práticas e festas católicas, aos eventos lúdicos, políticos e militares, introduzindo marcas da sua singularidade cultural na vida portuguesa.



.....

A integração: o baptismo, o nome português, o corpo vestido, a “língua de preto”

Baptismo de escravo e nome cristão. Registos Paroquiais, Freguesia de Salvador, Livro I de Baptizados, fl. 93, 1727, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa. Corpo vestido e “língua de preto” constituem dois marcadores essenciais da integração africana. É sobretudo Gil Vicente que aborda a questão da língua no seu *Auto Frágua de Amor*, revelando a inutilidade de uma operação de branqueação de um negro, que é denunciado da sua ‘negritude’ através da maneira de falar impossível de alterar. Xilografuras quinhentistas do teatro da época vicentina, integradas no *Auto das Regateiras* e da *Natural Invenção*, de António Ribeiro Chiado, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Um aspecto essencial à consolidação da sua nova identidade não podia deixar de ser a aprendizagem e o uso da língua portuguesa. Desvalorizada e ridicularizada, apareceu desde o século XV, sobretudo nas cidades, a ‘língua de preto’, ou seja, uma língua portuguesa onde se multiplicavam os particularismos fonéticos, sintácticos e semânticos introduzidos pelos Africanos. A fixação desta ‘língua de preto’ deveu-se à sua utilização na esfera teatral quinhentista, em particular vicentina, que fixou a variedade dos falares do português e a riqueza dos seus vocabulários, de onde sobressaía o “português dos negros da Guiné”, multiplicando o recurso a personagens africanas marcadas pelas características somáticas, dando conta da importância assumida pelos Africanos na organização da vida portuguesa. Esta situação consolidou-se ao longo dos séculos, como sublinha Leite de Vasconcelos em finais do século XIX: “Era uma preta que ia à missa todos os dias, porque gostava do preto que tocava órgão, rezava, e no fim pedia a Nossa Senhora “o binha sinhora, casi a mim co preto que toca os órgão...”, traduzindo a forma como a sociedade portuguesa classificava os Africanos de forma redutora e inferiorizante.

◆◆◆◆◆◆◆◆ Lugares de memória africana ◆◆◆◆◆◆◆◆

Registámos já a integração dos Africanos em instituições católicas, irmandades e confrarias, como foi o caso da criação da primeira Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na década de 1520, na igreja de S. Domingos, em Lisboa, que assegurava a protecção dos Africanos, facilitando a sua participação nas manifestações religiosas, lúdicas, políticas e militares portuguesas. Se a memória da importância religiosa e social deste espaço urbano na vida dos Africanos se perdeu, podemos contudo aceitar que, hoje como ontem, o Largo de São Domingos e o Rossio que o ladeia, constituem o símbolo de um ‘território africanizado’, secular, transmitido de geração em geração.



O Rossio e a Igreja de São Domingos em Lisboa, antes do terramoto de 1755

Desenho de Zuzarte de 1757, representando a Igreja de São Domingos integrada no Mosteiro dos Dominicanos e a Praça do Rossio, lugar de muitas festas e cerimónias religiosas, não esquecendo os terríveis "autos-de-fé" levados a cabo pela Inquisição, ao longo de muitos séculos, que contavam sempre com uma intensa participação africana. Colecção Particular. Fotografia de Júlio Marques.



O Preto Caiador no Rocio à espera dos Freguezes

Trata-se certamente de um Africano livre, podendo integrar a figura do 'preto do ganho' que permitia um trabalho algo regular a muitos Africanos oitocentistas. Litografia de Joaquim Pedro Aragão, 1835, Museu da Cidade-CML, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.

Aqui, se foram estabelecendo relações, organizando festas, danças, músicas, discutindo trabalhos, preços, negócios, mas também propondo actos de 'feitiçaria', que suscitavam a adesão e o entusiasmo dos Portugueses e permitiam aos Africanos o 'regresso a África,' a recuperação da memória e do passado, a reconstrução de novas identidades, introduzindo marcas da sua singularidade cultural na vida portuguesa.

Neste campo particular dos lugares de memória africana, não podemos esquecer o bairro do Mocambo, e eventualmente de outras concentrações urbanas de Africanos, que para além de espaço de habitação são um lugar essencial de práticas e de memórias africanas, pois permitem manter as formas mínimas de parentesco e contribuem para a preservação de certas práticas sociais africanas. O próprio facto dos Africanos terem tido o engenho suficiente para criar o Mocambo de Lisboa, põe em evidência uma capacidade de definir estratégias de não dissolução total no espaço português, criando assim um espaço próprio, a partir da população livre ou alforriada. O Mocambo, ou outros espaços urbanos concentrando Africanos, garantiam uma certa discrição e ocultação de factos aos olhos dos Portugueses, como a sua organização face aos nascimentos, face aos casamentos, face à morte, dado que as regras africanas impunham rituais que divergiam das práticas portuguesas.

Não devemos esquecer também a poligamia africana, que a ter-se mantido no Mocambo, terá juntado esposas de várias origens e falando diferentes línguas, como era corrente em África. Dado o quadro do parentesco classificatório, cada mulher do patriarca era a mãe dos seus próprios filhos, sendo-o também dos outros filhos do patriarca. As mulheres, mais do que os homens, agiam como guardiãs dos valores culturais, ou seja da sua tradição, naturalmente contrariada pelas condições do funcionamento da sociedade portuguesa, mas de que as estratégias religiosas africanas permitiam conservar amplos fragmentos.

Um dos problemas menos estudado, mas muito significativo, reside na aparição, desde finais do século XV, de um forte número de populações mestiças, que causou grande perplexidade na sociedade portuguesa, traduzindo-se na organização de uma estrutura classificatória zoomorfizante destinada a acrescentar estes homens e mulheres designados de 'Mulatos' ao vasto catálogo dos muares, recusando aceitá-los como Portugueses que eram. A essa maneira de os classificar, deve somar-se a ideia

da sua hiperactividade sexual – sobretudo as 'Mulatas' – atribuída ao seu sangue africano, que marcou a construção de um arquétipo duradouro e desvalorizante que ainda não se extinguiu completamente.



Um marinheiro mestiço, tocador de guitarra

Esta representação de uma figura lisboeta típica oitocentista, um 'marujo' tocador de guitarra portuguesa, põe em evidência uma competência musical dos Africanos que se estendeu e foi reconhecida, ao longo dos séculos, na sociedade portuguesa. Sabe-se aliás que foram os Africanos que introduziram o fado nos meios aristocráticos, a Mouraria tornando-se, em torno do fado, uma concentração de todas as categorias sociais. Desenho a aguarela e tinta-da-china sobre papel de E. J. Maia, inserido em *Typos e Trajos de Lisboa*, 1845. Museu da Cidade-CML, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.

Se alguns Portugueses mestiços se tinham imposto na sociedade – pela via do casamento com Portugueses de estatuto social elevado, como é o caso de D. Simoa Godinho de origem santomense (XVI), pelo prestígio da profissão desempenhada, como são exemplos o dramaturgo Afonso Álvares e o pintor Domingos Lourenço Pardo (XVII), ou ainda pelo estatuto religioso como a Madre Cecília de Jesus (XVII)–, foi nas décadas finais do século XVIII que se assistiu a duas operações cuja complementaridade antagonista merece ser referida. Vencendo pouco a pouco a dureza dos preconceitos, muitos Mestiços, filhos de pais brancos e socialmente reconhecidos, conseguiram apoios sociais e financeiros para ingressar nas universidades ou no clero portugueses. Se a protecção familiar, o dinheiro e o prestígio literário e profissional, as carreiras na administração pública, constituíram factores de alguma diluição do estigma somático, provocaram também dores de cabeça aos dirigentes políticos dos séculos seguintes, na medida em que conseguiram adquirir posições de arbitragem na trama relacional portuguesa. Muito criticados por diferentes sectores e personalidades

da sociedade portuguesa, de que se destaca o poeta setecentista Bocage que muito contribuiu para estabilizar os estereótipos negativos que pesavam sobre os Africanos, os 'Mulatos', considerados mais pretos que brancos, puderam reforçar a sua posição, nos séculos XIX e XX, apesar da emergência e da consolidação das teorias científicas que legitimavam a hierarquização das raças, das geografias, das civilizações.

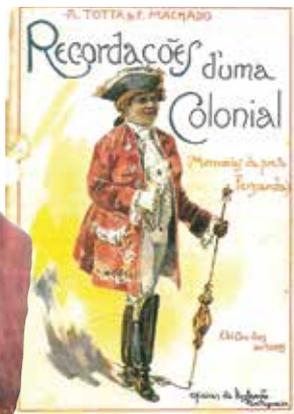
Do Pai Paulino a Fernanda do Vale (a 'Preta Fernanda'), a Honório Barreto, a Sousa Martins, a Gonçalves Crespo, a Costa Alegre, a Virgínia Quaresma e a outros muitos intelectuais e grandes profissionais de Novecentos, podemos verificar, observando as suas práticas e as suas reflexões, quão importante foi a sua intensa participação na vida colectiva portuguesa.

Tal, porém, não eliminou da sociedade a ferocidade dos juízos de valor relativos aos Mestiços. Em 1925, o poeta Mário Saa sublinhava que a “influência do sangue negro em Portugal, transparece em numerosíssimas pessoas, (...) os mestiços dominam em Portugal por elemento de população mais que em outra qualquer nação da Europa, com incremento de boçalidade e redução do índice encefálico”. Este juízo de valor muito popularizado serviu para alimentar os princípios fundamentais do racismo, apresentando os Africanos como uma teratologia: os ‘Mulatos’ estariam inscritos no quadro das monstruosidades capazes de macular a espécie humana, pois apesar de terem pai ou mãe brancos, reflectiam a inferioridade estrutural africana.



As Meninas ou as Mulatas

Gravura de Rafael Bordalo Pinheiro, intitulada *Portugal e as Colónias*, publicada no periódico *A Paródia*, em 1902, que pretende mostrar Portugal e as colónias portuguesas a braços com as potências europeias, que não reconhecem os argumentos históricos portugueses para justificar as pretensões portuguesas em África. *As Meninas* que representam as colónias portuguesas recusam o ‘velho e trôpego’ Portugal fazendo a corte, como ‘boas mulatas’ – preconceito da época – aos colonialistas europeus, mais jovens e mais dinâmicos. Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa.



Figuras Mestiças relevantes no Portugal oitocentista

Pai Paulino, Fernanda do Vale, pejorativamente designada ‘Preta Fernanda’, Sousa Martins, Virgínia Quaresma, são figuras oitocentistas com origem africana que se destacaram, nas suas áreas de trabalho, na sociedade portuguesa. Se o Pai Paulino, Paulino José da Conceição, figura típica de Lisboa, caiaador, gaitero na procissão do Corpo de Cristo, membro de diferentes confrarias, combatente liberal condecorado, defensor dos direitos dos Africanos, desempenhou um papel relevante na resolução de conflitos que os envolviam, participando em diferentes actividades religiosas, culturais, lúdicas portuguesas – Busto de faiança de Rafael Bordalo Pinheiro 1894, Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa -, Fernanda do Valle, pseudónimo literária da cabo-verdiana Andréa do Nascimento, foi escritora e toureira destacando-se sobretudo pela sua participação nas festas públicas e privadas lisboetas – Aguarela de Alberto Sousa, capa do livro *Recordações de uma Colonial – Memórias da Preta Fernanda*, Lisboa, 1912. Já Sousa Martins, médico português de renome, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa ficou conhecido pelas suas práticas curativas, sendo até hoje venerado em vários lugares do país – Escultura de Costa Mota (tio), Estátua no Campo de Santana, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques. Virgínia Quaresma, nascida em Elvas e 1882, foi a primeira mulher jornalista portuguesa, licenciada pela Universidade de Lisboa num tempo em que o acesso das mulheres ao ensino superior era muito reduzido, tendo desempenhado um papel pioneiro interventivo na protecção dos direitos das mulheres. Arquivo Fotográfico do Jornal “O Século”. Documento cedido pelo ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.



**O Marquês de Sá da Bandeira,
figura maior do abolicionismo português**

Estátua representando as medidas abolicionistas de Sá da Bandeira que levaram ao fim do tráfico de escravos (1836), mas sobretudo da escravatura em 1869. Aos pés do Marquês encontra-se uma figura feminina, cujo modelo terá sido (segunda a própria) Fernanda do Valle, com uma criança ao colo e apresentando no tornozelo uma grilheta de ferro partida, simbolizando um futuro de liberdade. Praça D. Luís I, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.



IV. AS REPRESENTAÇÕES COLONIAIS E O REFORÇO IDEOLÓGICO DA DESVALORIZAÇÃO DOS AFRICANOS (SÉCULOS XIX E XX)

Os processos de legitimação colonial: ideologia e ciência

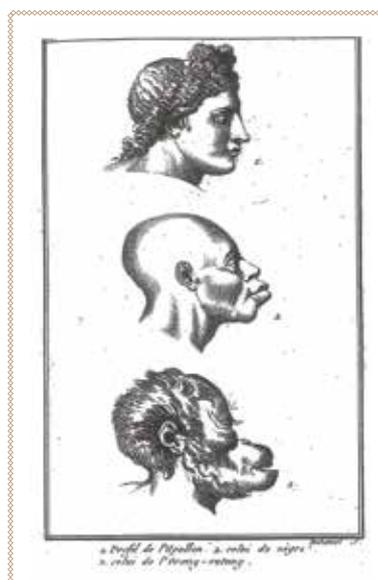
A revisão político-ideológica do império começou a desenhar-se após a independência do Brasil (1822), a abolição (legal) da escravatura nos espaços africanos controlados pelos portugueses (1836-1869) e no contexto internacional da Conferência de Berlim (1884-1885), levando as autoridades portuguesas a apostar, entre os anos 1880 e 1910, na construção de uma mitologia colonial. Esta destinava-se a envolver a sociedade portuguesa na 'questão africana', que devia adquirir uma dimensão nacional, o Estado português procurando apresentar Portugal como vítima dos ilegítimos apetites das grandes potências europeias. Tal estrutura ideológica fornecia os instrumentos capazes de fundamentar as pretensões portuguesas, de apelar a um esforço nacional integrador da noção de 'pátria una e grandiosa', de reforçar as ideias de 'prioridade' e 'especificidade' portuguesas nas relações com os Outros, de legitimar as escolhas coloniais, a violência dos confrontos em África e a concretização da 'missão civilizadora'.

Esta situação traduziu-se no reforço de ideias e de preconceitos já enraizados na sociedade portuguesa, em que o somático, 'o preto', e o social, 'o escravo', se articulavam para definir o Africano. Se a legislação portuguesa reconhecia aos Africanos – libertos da escravatura em Portugal pelas medidas pombalinas de 1761 e 1773 – a liberdade e teoricamente a sua 'portugalidade', a consolidação secular da imagem do Africano como ser naturalmente escravo dificilmente permitia encarar a alteração do seu estatuto.

Esta desvalorização encontrou uma nova legitimidade, nas décadas finais de Oitocentos, no quadro da construção de uma ciência colonial, onde se cruzavam várias dimensões do conhecimento das humanidades, das sociedades, das geografias, traduzida numa produção científica que os políticos e os ideólogos viam com grande interesse, pois permitia justificar os projectos coloniais.

As raças humanas, segundo Virey (1801)

Desenho de Duhamel, integrado na obra de Virey *Histoire Naturelle du Genre Humain*, Paris, 1801, onde o autor, professor de medicina, naturalista e antropólogo, recorre ao critério craniométrico do 'ângulo facial' para classificar e hierarquizar as raças humanas, distanciando o perfil do negro do perfil branco, clássico, do Apolo de Belvedere, e aproximando-o do perfil do orangotango. Muitos foram os primatas, sobretudo macacos, produzidos em cerâmica europeia em finais do século XIX, como aconteceu em Portugal com Rafael Bordalo Pinheiro. Estes primatas estudados já pelos anatomistas setecentistas confortavam a ideia do parentesco com os homens africanos, banalizando essa semelhança no mundo ocidental.



Se coube a Oliveira Martins (1880), pensador e intelectual português, membro do Instituto de Antropologia de Paris, integrado nas correntes científicas europeias que demonstravam permitir o crânio o conhecimento do homem e organizar grelhas classificatórias, fornecer o registo científico da “inferioridade congénita dos negros e o absurdo da sua educação”, pois “abunda[va]m os documentos que nos mostra[va]m no negro um tipo antropologicamente inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem”, foi António Ennes (1899), figura central do pensamento e dos projectos coloniais, que pôs em evidência a dicotomia primitivo/civilizado considerando os Europeus como os “filhos apurados das raças policiadas”, e os Africanos como “brancos”, “entes quase impensantes e impulsivos”, “rudes” e “vadios ociosos”. Ennes completou com a solidez e a densidade das suas experiências vividas em África, as provas teóricas de Oliveira Martins.

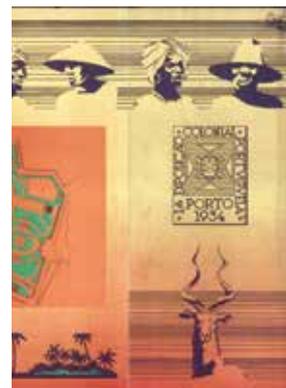
Registe-se outro factor que desempenhou um papel relevante neste processo de desvalorização do Africano: as ‘campanhas militares’ em África mostraram a ‘natureza feroz e bárbara’ da guerra praticada pelos Africanos, assegurando a ‘produção’ de heróis portugueses. Exemplo significativo, pela sua banalização na sociedade, pelo lugar que ocupou na história, pela persistência no tempo, foi o episódio que, em Moçambique, opôs Mouzinho de Albuquerque à figura do chefe nguni Gungunhana, transformando-o no símbolo da selvajaria africana.

A articulação destes três registos da inferiorização do ‘negro’ – o ‘científico’, resultante do avanço teórico do conhecimento, o ‘político’, decorrente das experiências vividas no terreno e o ‘militar’ apoiado nos conflitos reais –, não só permitiu salientar a proximidade das populações africanas com a natureza e a animalidade, mas forneceu o fôlego ideológico que faltava para reforçar ou re-actualizar arquétipos seculares, como a preguiça, a antropofagia, a brutalidade, a força física e a ausência de inteligência, a sexualidade desmedida, a feitiçaria e a idolatria, cuja difusão viria a assegurar a fixação de uma cultura colonial no espaço português.



Gungunhana

Gravura de Rafael Bordalo Pinheiro, de 1878, intitulada *O Entrudo que não se viu*, representando Gungunhana de forma caricatural, bebendo, descalço, com ornamentos ridicularizados, acompanhado por uma das suas muitas mulheres, sinal também da sua selvajaria, e pondo em evidência a manutenção dos preconceitos reformulados a partir dos conhecimentos científicos estabelecidos no século XIX. Museu Bordalo Pinheiro, Lisboa.



◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇ A banalização do 'selvagem' ◇◇◇◇◇◇◇◇◇◇
no Portugal colonial (XX)

Se a proclamação da República (1910) deu lugar a uma revisão das políticas coloniais, sob a pressão das duras críticas provenientes dos circuitos económicos europeus em relação à legislação do trabalho indígena, o quadro ideológico manteve-se fiel à mesma perspectiva mitológica. Acrescenta-se o reforço paradoxal resultante das ideias do pensamento republicano - liberdade, progresso, educação, trabalho -, que legitimavam as duras operações de modernização das economias coloniais e a violência do trabalho imposto aos colonizados, como mecanismo civilizador absoluto. A operacionalidade desta estrutura ideológica, após a criação do Estado Novo (1933) que aderiu aos projectos coloniais republicanos, resultou de um trabalho de consolidação de um corpus teórico organizado, de ideias, de mitos, de representações centrado nos 'direitos históricos' de Portugal em África, na inferioridade incontestável do 'preto' e na superioridade inequívoca do 'branco', na fragilidade civilizacional do assimilado e na excelência da missão civilizadora portuguesa.

Novas formulações foram sendo introduzidas para reforçar a desvalorização do 'preto' e do 'mulato', mas o essencial da ideologia colonial manteve a sua densidade teórica e uma vitalidade interventora, orientando as muitas operações de propaganda, organizadas pelo Estado Novo para mostrar o império aos portugueses. Grandes manifestações patrióticas, como foi o caso da Exposição Colonial Portuguesa, no Porto em 1934, e da Exposição do Mundo Português, em Lisboa em 1940, convidavam os portugueses a olhar o conjunto das 'suas' colónias, incluindo também 'amostras' das diferentes populações do Império, apresentadas como animais exóticos de um qualquer jardim zoológico europeu.



As Exposições Coloniais Portuguesas

Estes dois cartazes das Exposições organizadas pelo Estado Novo em 1934 e 1940 dão conta do exotismo das populações e das naturezas, ambas marcadas pela selvajaria africana e pela desvalorização cultural dos povos asiáticos, perante o esforço civilizador português, cujas acções foram igualmente postas em evidência nestes dois grandes eventos nacionais.

Estas exposições, recordavam as grandes datas e os heróis portugueses, servindo também para pôr em evidência as diferenças físicas e culturais dos Outros, utilizando algumas das máscaras da negatividade das regiões e das populações africanas, há muito enraizadas no imaginário português. Homens, mulheres e crianças foram

apresentados 'ao vivo', precariamente instalados em mini-aldeias e mini-paisagens, que procuravam refazer o habitat dos Africanos, onde, como referia Óscar Lopes em 2007, "morriam como tordos de pneumonia". A população portuguesa foi assim colocada perante os comportamentos, atitudes e costumes 'primitivos' dos Africanos, que impunham e justificavam a colonização.



'Jardins zoológicos humanos'.

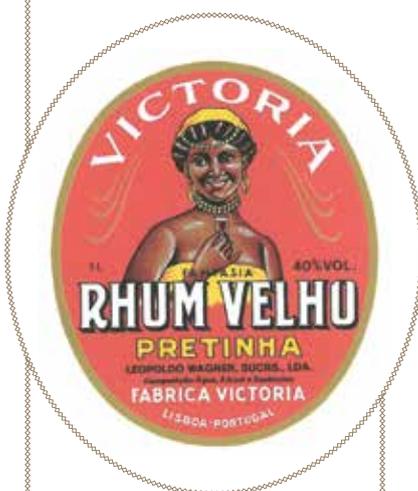
Registos gráficos e escultóricos das Exposições Coloniais

As Exposições Coloniais procederam à organização de aldeias africanas, onde foram expostos muitos Africanos trazidos expressamente para ser mostrados aos Portugueses e legitimar a acção colonizadora em curso, em África. Nus ou semi-vestidos, os seus quotidianos, comportamentos e práticas foram registados graficamente no *Album Fotográfico da Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, 1934, e no jornal *O Primeiro de Janeiro* de 2 de Julho de 1940. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, tendo-se também procedido a uma produção escultórica para sublinhar as características físicas destas populações: cabeças africanas modeladas em cimento pintado de negro, existentes no Jardim Botânico Tropical, em Lisboa, onde teve lugar a Exposição de 1940. Fotografias de Júlio Marques.





As diferentes maneiras de inferiorizar e ridicularizar o Africano, negro ou mestiço multiplicaram-se até ao último quartel do século XX: jornais, bandas desenhadas, anúncios, uma vasta produção iconográfica, destinada às crianças, aos jovens e aos adultos, aos letrados e aos analfabetos, ou seja uma significativa parcela da população portuguesa.



Os Africanos, objectos da publicidade portuguesa

Se o Cartaz publicitário do "Sabonete Arêgos" (1917) põe em evidência o choque somático entre as peles 'brancas e belas' e as 'negras e sujas', revelando o forte preconceito racial português, a publicidade do 'rhum velho' como de outras bebidas alcoólicas não podia deixar de recorrer às representações de Africanos considerados adeptos das bebedeiras desenfreadas, reveladoras da sua natureza selvagem e irracional. Acrescente-se ainda o "Preto da Casa Africana", representado no papel de carregador, simbolizando a força física dos Africanos, que só pode opor-se à natural inteligência dos Europeus. *Cartaz publicitário*, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Outros documentos: Coleção Particular.

Tendo já uma intimidade secular com os Africanos, marcada pelo preconceito somático e social, os Portugueses foram confrontados com uma nova visão destes homens e mulheres, cuja negatividade era legitimada pelo poder político, pelas ideias científicas e pela denúncia das práticas monstruosas que lhes eram atribuídas.



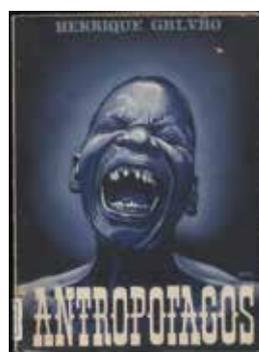
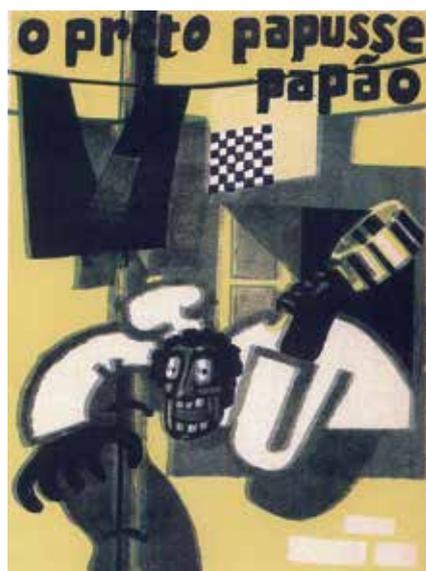
O Sol e a Noite

Conto para crianças, de Virginia Lopes de Mendonça, datado de 1940, que opõe um branco sereno, “risonho e brilhante” a “uma velha muito preta, muito feia...beijola grossa, carapinha desgrenhada, ...de meter medo”. A escritora mobilizou todos os lugares-comuns negativos que marcavam os Africanos, opondo o negro retinto ao louro solar, repetindo os estereótipos que os definiam. Suplemento infantil Pim-pam-pum do jornal *O Século* (05.09.1940), Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

O ‘preto-antropófago’ constituiu uma das mais perturbadoras representações do Africano que o imaginário português ainda não eliminou completamente. Sublinhando uma natureza selvagem, desprovida da humanidade mais elementar, a imagem do ‘canibal’ impôs-se a partir dos finais de Oitocentos. Numa espécie de delírio antropofágico, a sociedade portuguesa foi sacudida por um terramoto de imagens, de informações e de ‘provas’ – como aquelas fornecidas por Henrique Galvão no seu livro *Antropófagos* (1947) –, que a tornavam incapaz de qualquer atitude crítica e racional. Estamos perante um dos paradoxos das relações inter-civilizacionais: os Portugueses, que acreditavam e denunciavam as práticas canibalescas dos ‘pretos’, eram também aqueles que, sem o menor receio do seu pendor antropofágico, lhes confiavam a guarda das suas próprias crianças!



O PAPUSSE

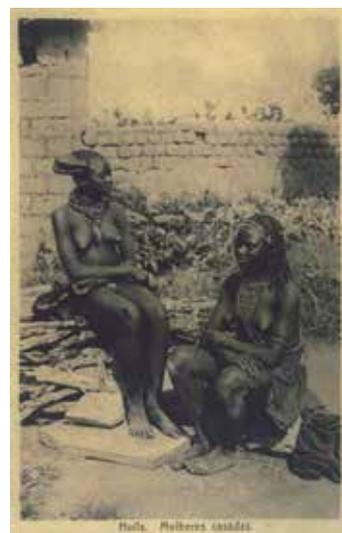


O Preto-Antropófago

A ideia da antropofagia dos africanos reforça-se nos finais do século XIX para legitimar também a violência das 'campanhas de pacificação' levadas a cabo pelos Portugueses em África.

A Herança Histórica - Banquete de antropófagos. Sob este título, esta gravura de Rafael Bordalo Pinheiro, publicada em 1900 no periódico *A Paródia*, que regista o sarcasmo político dos Ingleses perante as atitudes portuguesas relativas à África, dá conta da banalização da ideia do preto-antropófago que marcava a sociedade portuguesa, fornecendo um espectáculo singular em que os estereótipos desvalorizadores dos Africanos são amplamente utilizados: nudez, caveiras, bananeiras, cubatas e naturalmente a saborosa refeição antropofágica. Museu Bordalo Pinheiro - CML, Lisboa.

Histórias para crianças e adolescentes, anedotas para adultos, textos de natureza antropológica, todos se concentram em sublinhar o canibalismo congénito dos Africanos, remetidos assim para a selvajaria mais violenta que impõe a intervenção da colonização civilizadora portuguesa. "O Preto-Papusse-Papão", poema ilustrado para assustar crianças mal-comportadas, de Augusto de Santa-Ritta, *O Mundo dos meus Bonitos: Poemas*, Rio de Janeiro, 1920 (1ª edição); "Aventuras de Valentim", banda desenhada publicada no periódico *O Mosquito* de 3 de Abril de 1946; "O Almoço do Antropófago", banda desenhada inserida em *O Senhor Doutor*, 46, de 27 de Janeiro de 1934, que não só sublinha o pendor antropofágico do assimilado negro, como também o ridiculariza. Capa da obra de Henrique Galvão intitulada *Antropófagos*, datada em 1947. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



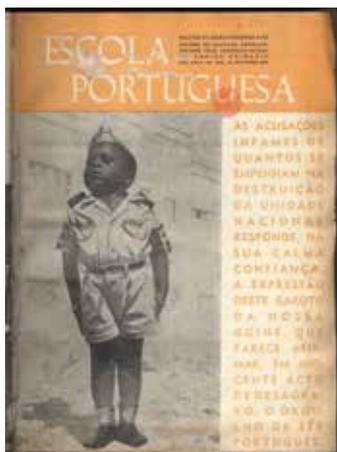
Indígenas, Assimilados e Missão Civilizadora

Entre as mulheres, 'selvagens' ou 'indígenas' e o casal 'civilizado' ou 'assimilado' está a obra civilizadora da colonização portuguesa, reforçada no período da dominação colonial, em que a ideia e a prática da 'missão civilizadora' constituíram um pilar central da política colonial portuguesa em África. *Huila, Mulheres casadas e Cabindas Civilizados* (Angola).
Postais da Coleção João Loureiro, Lisboa.

Colonialismo, guerra colonial e reforço do racismo

Nos anos 1950-1960, marcados pela nova realidade internacional de apoio ao fim do colonialismo ditado pela Conferência de Bandung (1955), pela independência das colónias africanas e asiáticas, e também pela recusa portuguesa em abandonar o império, o sistema ideológico português registou um 'refrescamento' teórico, graças à recuperação das propostas luso-tropicalistas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que permitiram reforçar a ideia de um vasto mundo português, harmonioso e homogéneo, do Minho a Timor, isento da mancha do racismo. Registe-se o apoio da oposição ao regime em matéria colonial - Cunha Leal, afirmava em 1961 que só a intervenção dos Portugueses, "os únicos capazes de bem civilizar", podia eliminar a "selvajaria", o "canibalismo", a "nudéz", a "preguiça", a "doença do sono", os "feiticeiros" -, seguido de uma produção legislativa que, sublinhando a grandeza da Nação e valorizando os particularismos civilizacionais dos Portugueses, devia permitir maquilhar a persistência das formas de dominação colonial.

Acrescente-se mais um paradoxo: por um lado usava-se o luso-tropicalismo para justificar as escolhas e as soluções do Estado e a igualdade dos Portugueses 'de cá' e 'de lá'; pelo outro, multiplicavam-se as regras discriminatórias nas colónias (transformadas em províncias ultramarinas), que viriam mais tarde a provocar conflitos armados. Estas regras devem também ser compreendidas no âmbito de um fortíssimo projecto de branquização das colónias, criando os mecanismos necessários para incentivar e apoiar a emigração dos Portugueses para a África, sobretudo para Angola. Esta opção reforçava o carácter obstinado do colonialismo português, apoiado por uma massa cada vez mais significativa de colonos, na sua grande maioria analfabetos e sem competências técnicas, provenientes dos espaços rurais portugueses, que no Ultramar podiam obter uma promoção social impossível em Portugal: 'superiores' aos Africanos, indígenas ou assimilados, estes Portugueses, também desprezados pela população metropolitana, encontravam nos 'pretos' os trabalhadores indispensáveis à melhoria das suas condições de vida.



O garoto da Guiné.

As operações de portugalização não se limitavam aos adultos, mas dirigiam-se também às crianças e adolescentes, desde cedo levadas a integrar estruturas de natureza militarizada como a Mocidade Portuguesa e a seguir uma educação marcada pelos 'valores civilizados' impostos pelos Portugueses. *Boletim da Acção Educativa*, Direcção Geral do Ensino Primário, 1960. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

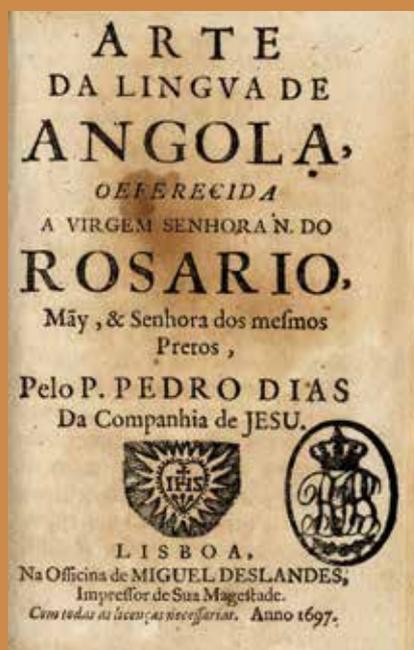
As respostas africanas à violência da situação colonial passaram primeiro pela criação de movimentos de libertação que vieram a liderar e a organizar as populações das colónias para combater o colonizador e alcançar a independência nacional. Vários acontecimentos trágicos - a 'guerra do Batepá' em São Tomé, em 1953, o 'massacre de Pidjiguiti' no porto de Bissau, em 1959, a tentativa angolana, em 4 de Fevereiro de 1961, de libertar os presos políticos detidos na prisão de S. Paulo, em Luanda, a que se seguiram os ataques aos Europeus e aos seus bens - , fixaram substancialmente o juízo dos Portugueses a respeito dos Africanos e deram início à guerra colonial/ luta de libertação nacional. Durante mais de 13 anos, a guerra colonial, que se estendeu a Angola, à Guiné e a Moçambique, consagrou uma imagem negativa do Africano, rotulado então de terrorista, o "turra", praticante da antropofagia, desvalorizado como combatente, consolidando as formas mais duras do preconceito e da discriminação, traduzindo-se na fixação de uma visão racista dos 'pretos', fossem eles portugueses ou africanos. O engenheiro agrónomo Daniel Nunes, cabo-verdiano, instalado algures

na Beira para proceder à instalação da cultura da beterraba açucareira, saiu de casa, ao lusco-fusco, e cruzou-se com uma empregada que, esbaforida, fugiu aos berros, gritando "É o diabo, o diabo, o diabo...!". Também Paulo António dos Anjos, jornalista lisboeta, mestiço, foi abordado na rua por uma senhora carregada de embrulhos que lhos estendeu dizendo: "traz-me isto até casa". Francisco Tenreiro, geógrafo, poeta, professor universitário santomense ia sentado num eléctrico quando se deu conta de que uma mãe insistia com a filha: "vai lá...e toca", pois 'tocar na carapinha de um preto dava sorte', segundo uma convicção lisboeta. A hesitação da criança foi desfeita pela réplica de Tenreiro: "ela toca, minha senhora, mas eu como-a!". Registe-se o facto dos três protagonistas, mestiços, destas histórias, contadas e vividas em Lisboa, nos anos sessenta, por Alfredo Margarido, terem um estatuto social reconhecido na sociedade portuguesa: mesmo assim, a cor da pele era um marcador absoluto.



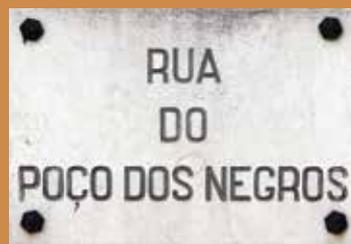
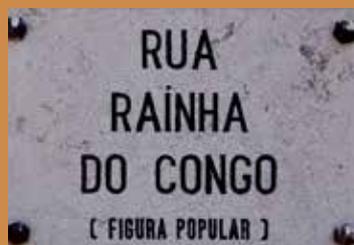
As colónias e as suas independências fixadas na toponímia portuguesa

A toponímia portuguesa é reveladora do processo relacional de Portugal com a África: um primeiro bloco regista uma espécie de 'urbanismo colonial', enquanto o segundo bloco revela a renovação político-ideológica do país pós-1974, prestando homenagem aos Africanos que lideraram as independências das colónias, de 'terroristas ou turras' do passado, agora reconhecidos e homenageados como heróis. Fotografias de Júlio Marques.



Arte da Língua de Angola

Arte da Língua de Angola, oferecida à Virgem Senhora Nossa do Rosário, Mãe e Senhora dos Mesmos Pretos, da autoria do Padre Pedro Dias, editada em Lisboa em 1697, sublinha o interesse e a aprendizagem dos missionários, neste caso da Companhia de Jesus, pelo conhecimento de línguas africanas e o relacionamento com as populações originárias de África. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.



Uma toponímia lisboeta marcada pela presença de Africanos

Algumas (poucas) placas toponímicas fazem referência à história dos Africanos na cidade, muitas vezes sem nome, como uma 'mancha' assinalada pela cõr física dos homens, raramente dando conta da sua identidade. Fotografias de Júlio Marques.

V. SINCRETISMOS E LEGADOS NA LONGA DURAÇÃO DA HISTÓRIA

Integrados na sociedade portuguesa, os Africanos organizaram as condições para assegurar a preservação da sua africanidade, adaptando-a às novas realidades com que se confrontavam e renovando os seus valores culturais e as suas formas identitárias, deixando, através das suas práticas sociais, marcas estruturantes no tecido cultural português. O conhecimento deste processo de reinvenção da africanidade obriga ao estudo das estratégias pensadas e utilizadas por estes homens e mulheres, brutalmente retirados do seu espaço geográfico e familiar, social e cultural, para assegurar naturalmente a sua sobrevivência física, mas também cultural. As formas de adesão às práticas portuguesas, as cumplicidades, as criações sincréticas, devem ser consideradas em duas perspectivas: por um lado, traduzem uma maneira inteligente de responder à violência, integrando-se, reconstituindo a sua identidade e preservando valores fundamentais das suas culturas ancestrais; por outro, permitiram elas a fixação de marcas culturais africanas na sociedade portuguesa, por vezes sob a forma de sincretismos, em particular nos espaços lúdicos, mágico-religiosos, linguísticos, toponímicos - estes últimos evoluindo em função das conjunturas e permitindo a elaboração de uma cartografia da memória da forte presença africana no país -, constituindo, hoje como ontem, heranças sobretudo imateriais existentes em Portugal.



A reconstrução do espaço sagrado-religioso



Se o comércio negreiro transformou os Africanos em mercadoria, a sociedade portuguesa organizou operações destinadas a reforçar a sua despersonalização e des-socialização, de modo a eliminar a sua africanidade. Tendo perdido o território, a linhagem, a língua, o nome, os Africanos procuraram reconstruir uma identidade nova e autónoma, associando práticas culturais portuguesas a valores civilizacionais africanos, profundamente marcados pela sua própria singularidade histórica, criando formas socio-culturais inéditas.

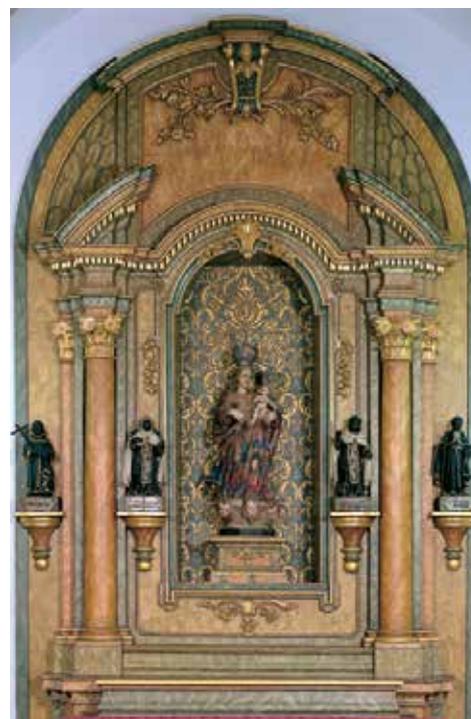


Altar da Irmandade do Rosário dos Pretos, em Lisboa

Este altar consagrado a Nossa Senhora do Rosário, instalado na Igreja setecentista da Graça, em Lisboa, sublinha a relação desta Santa com a população em geral, mas com os Africanos em particular, estando ela ladeada por quatro santos negros, Santo António de Noto, São Benedito, Santo Elesbão e Santa Ifigénia. Fotografia de Júlio Marques.

Os quatro «santos pretinhos» da Sé de Braga.

Ladeando Nossa Senhora da Piedade, na Capela do Claustro da Sé de Braga, estão Santo António de Noto e São Benedito, ambos quinzentistas vivendo em Palermo, descendentes de escravos africanos, e Santo Elesbão, imperador da Etiópia no século VI e Santa Ifigénia, princesa da Nubia no século I, venerados na Andaluzia, de onde o seu culto foi introduzido em Portugal, no século XVIII. Fotografias de Júlio Marques.



Constituindo o parentesco, a religião e a música os alicerces das formas existenciais dos Africanos, compreende-se que as condições em que foram transferidos para a Europa, como aliás também para as colónias americanas, se tenham revelado manifestamente contrárias à manutenção de tais estruturas. Na ausência do parentesco – isto é, da família alargada, que inclui tanto os vivos como os mortos que ficaram em África –, os Africanos, culturalmente muito diversos, aderiram aos espaços lúdicos e religiosos portugueses, associando-se através da religião, que pela sua natureza invisível se podia manter no quadro apertado das suas vivências, não esquecendo o facto de que as religiões são quase sempre marcadas pela mestiçagem religiosa.

Se os territórios do sagrado português e do africano não coincidiam e se é fácil perceber que as autoridades, os senhores, o clero tivessem procurado dismantlar as religiões africanas, demasiado dependentes dos ‘feitiços’ ou ‘ídolos’ – assim designados os objectos de culto africanos, que os preconceitos europeus repudiaram violentamente até meados do século XX, conduzindo ao desaparecimento de parte substancial do património religioso e estético dos Africanos em Portugal, como aconteceu nos outros espaços da colonização europeia –, é também certo que os Africanos procuraram encontrar no catolicismo, os nichos sociais capazes de lhes assegurar uma certa autonomia religiosa.

Saliente-se o modo como os Africanos procuraram transplantar para a Europa, assim como para o Brasil, a organização das festas destinadas a homenagear os espíritos dos antepassados, que, do Além, deviam assegurar a sua protecção. Encontramos aqui o vigor das religiões africanas, que se mostraram capazes de, por um lado, integrar um certo



número de práticas cristãs, tendo ao mesmo tempo a argúcia necessária para impor as suas práticas religiosas, caracterizadas pela conjugação do discurso teológico, da música e da dança.

A regulação do facto religioso revelou-se fundamental pois, por um lado, permitia recuperar a ordem organizada em África, e pelo outro, dava conta dos sincretismos que se registaram em Portugal, e que, se não criaram religiões novas, obrigaram a modificar alguns códigos religiosos, tanto europeus como africanos. A profunda dissociação religiosa entre Africanos e Portugueses não impediu a aparição das formas religiosas sincréticas, bem visível através da presença de figuras religiosas negras nas Igrejas – o que permite dar conta da dispersão dos Africanos por todo o país –, assim como das confrarias e das muitas festas religiosas católicas que se iam desenrolando, segundo o calendário religioso, nas cidades, nas vilas e nas aldeias portuguesas.

Santos e anjo negros

Em cima: Afastados dos seus chefes religiosos, os Africanos viram-se na necessidade de inventar outras formas de autoridade religiosa, como as figuras santas negras, veneradas por Africanos e Portugueses, que põem em evidência não só a capacidade de integração da comunidade africana no país, mas também um aspecto particular do sincretismo religioso resultante da construção de um cristianismo 'africanizado', multiplicando figuras de anjos e santos negros, instaladas nas igrejas portuguesas.

Da esquerda para a direita e de cima para baixo: São Diego ou Diogo de Alcalá, santo franciscano natural da Andaluzia, Igreja do Convento de São Francisco, em Alenquer. Santo António, padroeiro de Lisboa, Igreja de Santo António dos Olivais, em Coimbra. Anjo negro sustentando um lampadário, Sé de Faro. São Benedito de Palermo, Igreja de São Bento, em Arcos de Valdevez.

Figurinhas da Procissão do Corpo de Cristo

À direita: Representação de irmãos africanos das confrarias portuguesas, identificáveis pela cor das capas, que participavam nas grandes procissões, cortejos, festas católicas nacionais, moldados em pasta de argila com orifício para vela, da autoria do escultor miniaturista Vasco Pereira Conceição, pintadas por António Soares, e integrando um vasto conjunto de objectos semelhantes fabricados entre 1936 e 1938. Museu da Cidade-CML, Lisboa. Fotografias de Júlio Marques.



Festas, memória histórica e reinvenção da africanidade

Danças, músicas, personagens africanas marcavam as cerimónias religiosas católicas, onde as festas das Confrarias ocupavam lugar privilegiado, integrando os Africanos no espaço português, mas permitindo-lhes recuperar e viver algumas das suas práticas culturais que assentavam em pilares fundamentais da sua memória histórica.

Sendo a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos a mais relevante para a comunidade africana, as festas consagradas a esta Virgem assumiam uma importância particular, pois, para todas as confrarias, a festa anual do seu santo era o momento mais importante da vida da instituição. Por todo o país, se assistia às populares festas das confrarias negras da Senhora do Rosário, que, como acontece ainda hoje no Brasil, elegiam um negro da sua 'nação', a quem davam o título honorífico de rei.



Os Pretos de São Jorge

Orquestra dos cinco músicos negros de São Jorge, talhados em madeira, vestindo trajes exuberantes e associando instrumentos de rufo e de sopro, que integravam (e integraram ainda no século XX) a Procissão do Corpo de Cristo, a mais importante festividade religiosa católica, que obrigava à participação de todas as Confrarias. Saliente-se o apreço da população lisboeta pela presença deste grupo africano, que dava cor e música muito apreciadas ao evento religioso. Museu da Cidade-CML, Lisboa. Fotografia de Júlio Marques.



Figura de Rei Mago

Esta figura real pertence à cerâmica de Estremoz, que continua a produzir personagens africanas, mantendo-se fiel a alguns modelos do passado. Museu Municipal Prof. Joaquim Vermelho, Estremoz.

Os Congo e os Angola eram os mais agarrados a essa tradição, o que evidencia a sua importância demográfica, organizando as festas, fazendo convites para as cerimónias a personalidades importantes, elegendo os reis, procurando ocupar uma posição privilegiada face aos outros Africanos, fixando uma secular história de relações entre os reis de Portugal, do Congo e o N'gola, tradição essa que marcou de forma profunda e duradoura a conservação da memória histórica. O exemplo dos reis e das rainhas do Congo era singular, pela sua longa duração, mas também pelas muitas situações criadas em torno destas figuras reais africanas na sociedade portuguesa. A coroação solene, sob a forma teatral, dos reis do Congo nas igrejas portuguesas, como a de São Domingos em Lisboa desde o século XVI, era uma cerimónia frequente, levada a cabo pelos confrades africanos da Confraria da Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que procediam igualmente à organização de Congadas e de danças do rei do Congo.

A eleição de um rei ou rainha africanos no quadro das cerimónias religiosas portuguesas revelava uma estratégia africana de revitalização histórica, cultural e identitária: a importância africana destas figuras reais, que possuíam um poder restrito e abstracto, limitado pelas fronteiras dos espaços e das práticas africanas, assentava na evocação do passado africano e salientava a existência de uma história que assegurava a longa autonomia e hegemonia dos Africanos. Todavia a manutenção destes Reis e destas Rainhas, chefes políticos, mas sobretudo elos de ligação com a sua história e com a sua religião, se lembrava o passado, não perdia de vista nem o presente, nem o futuro: os actos 'reais', acompanhados da presença constante da música e da dança, aparecem como meios de garantir a integração dos Africanos nas práticas culturais portuguesas.

Uma longa descrição de 1731, intitulada "Bayle dos Negros", que se realizava na cidade de Braga, no norte de Portugal, relatada por um eclesiástico, intitulada *Breve Extracto do Augustíssimo Triunfo, que a Augusta Braga prepara em obséquio do Santíssimo Sacramento....*, (Coimbra, 1773), põe em evidência a complexidade da articulação das vertentes cultural e identitária africana, em eventos religiosos portugueses, reveladores também da integração de outras comunidades instaladas em



Bayle dos Negros de Braga

Esta longa descrição de 1731 é acompanhada por um cântico que alude às relações de 'vassalagem' dos participantes para com os seus reis angolanos, cantando também a nostalgia da terra longínqua. Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.

Portugal. A descrição desta procissão particular, desfile profano que se segue ao recolhimento religioso, dá conta do lugar de destaque dado ao rei e à rainha de Angola, acompanhados de muitos participantes que apresentam as suas danças e cantam o seu juramento de fidelidade simultaneamente à Igreja e aos seus soberanos angolanos.

Canto, dança, memória histórica e sentimento identitário africanos caracterizam este baile, associados à 'língua de preto' e à organização religiosa portuguesa, pondo em evidência as formas sincréticas festivas que marcavam a sociedade portuguesa.

Também as festas e os bailes públicos e privados centrados na personagem do rei e no reino do Congo eram frequentes no século XIX e noticiados nos periódicos portugueses. Desta tradição dava conta o *Jornal do Comércio* (1860), que assinalava um baile de "O Congo em Lisboa (...), dado pela princesa Sebastiana Julia, regente do império do Congo (...) muito concorrido dos brancos (...). Depois da meia-noite, saíram os convidados, que haviam pago os seus bilhetes de entrada, e ficaram só a princesa e a sua corte (...) e alguns brancos. A pretaria dançou a sua dança do Congo e outras danças da Europa". Sublinhe-se a importância africana da relação festa/história/religião, a reconstrução de uma nova identidade africana baseada no passado mas inserida no presente português, como revela a adesão a elementos da modernidade portuguesa - como o elemento financeiro ou a protecção policial de que estas festas dispunham -, resultando na criação de operações sincréticas inéditas.



As Festas da Rainha do Congo

Se a primeira imagem anuncia «Grande Sucesso» e mais uma «Assombrosa Festa», onde se procederá à aclamação e coroação da nova Rainha do Congo, Maria Amália I, a segunda imagem, que ridiculariza particularmente os Africanos, consagra um poema à nova soberana, homenageada e respeitada tanto por Brancos como por Pretos. Documentos publicados em *O António Maria*, de 21 a 28 de Setembro de 1882. Hemeroteca Municipal, Lisboa.

◆◆◆◆◆ Mudanças no Portugal Democrático ◆◆◆◆◆

Depois do 25 de Abril de 1974, a liberdade abriu o país a novos Africanos, criando também as condições necessárias para proceder à revisão – que por vezes tarda em chegar – de preconceitos e de estereótipos relativos às populações africanas ou portuguesas descendentes de africanos, instaladas em Portugal.



A feitiçaria do passado e a astrologia do presente

Se a feitiçaria constituía crime de que eram frequentemente acusados e condenados a degredo ou à morte pelo fogo, pelo Tribunal da Inquisição, homens e mulheres africanos – o caso de Maria Ortega, solteira, 'parda', forra, rica, feitiçeira de renome em Lisboa, com clientes portugueses de estatuto elevado, foi denunciada em 1637 e degredada para Angola. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa –, a prática desses actos manteve –se florescente através dos tempos, como mostram estes pequenos 'cartões', anunciando os serviços de astrologia, sucessores da feitiçaria do passado, distribuídos hoje no Rossio.



Bairro da Cova da Moura, Lisboa.



Práticas socio-culturais africanas, nos dias de hoje

Se os espaços das periferias urbanas constituem hoje os lugares onde se encontram os bairros africanos, com uma habitação degradada, pobreza, más condições de vida, são também os sítios dos quotidianos de muitos Africanos, Imigrantes, Afro-descendentes, Portugueses de origem e cultura histórica africana, que aí articulam as práticas europeias com as singularidades culturais africanas, criando formas culturais e sociais inovadoras, resultado de sincretismos e de cruzamentos da África e do Mundo. Festas, bailes, brincadeiras, comportamentos... Fotografias de Joost de Raeymaeker.



**Habitante
de São Romão do Sado**

Outras marcas de uma presença africana secular existem no Portugal de hoje. A herança genética revelada pela toponímia em muitos lugares do País dá conta de africanos que se foram estabelecendo, formando por vezes comunidades que perduram nos tempos actuais, como os 'Mulatos do Sado', também designados 'Pretos do Sado' ou 'Atravessados', cuja história permanece por esclarecer, depois dos estudos de Leite de Vasconcelos, que os deu a conhecer em 1895. *Boletim de Etnografia*, nº1, 1920. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Se ainda nos nossos dias podemos assistir a atitudes discriminatórias e a comentários racistas, também as vivências africanas permanecem em grande medida no quadro da pobreza, das más condições de habitação e dos trabalhos mais duros e degradantes, ao mesmo tempo que a sociedade portuguesa teima ainda em não reconhecer a plena cidadania de muitos Afro-descendentes e de outros Africanos de origem, que são tão Portugueses como todos os outros, remetendo-os para o espaço do 'habitante de fora' que se instalou no país.

Mas vive-se igualmente uma situação marcada pela generalização de novas formas culturais africanas e luso-africanas – no teatro, no cinema, nas artes plásticas, na literatura, na música, na dança – que suscitam a valorização dos artistas, a admiração dos Portugueses, o reconhecimento de formas sincréticas culturais afro-portuguesas do passado e a reconstrução de um presente que deve reorganizar-se na complementaridade entre todas as comunidades.



**O lugar do encontro dos Africanos
na Lisboa de hoje**

O Largo de São Domingos com a igreja do mesmo nome, onde nasceu a primeira Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no século XVI, mantém-se hoje como ontem o território escolhido pelos Africanos para se concentrarem, qualquer que seja a origem, o sexo, a idade, a religião, a profissão. Se a memória antiga da importância social e religiosa deste lugar na vida dos Africanos, se perdeu certamente, podemos contudo aceitar que o sítio constitui um símbolo dessa presença secular, transmitida de geração em geração, ao longo de séculos de história. Fotografia de Júlio Marques.





ÍNDICE

A PRESENÇA AFRICANA EM PORTUGAL, UMA HISTÓRIA SECULAR: PRECONCEITO, INTEGRAÇÃO, RECONHECIMENTO (SÉCULOS XV-XX)

INTRODUÇÃO	1
I. A INSTALAÇÃO DOS AFRICANOS EM PORTUGAL E A CONSTRUÇÃO E REFORÇO DO PRECONCEITO ANTI-NEGRO (SÉCULOS XV-XX)	3
II. MODELOS E ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO DOS AFRICANOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA (SÉCULOS XV-XIX)	9
A organização do espaço urbano: o bairro do Mocambo em Lisboa	9
A integração africana nos quotidianos portugueses: o trabalho	11
A participação dos Africanos nos espaços religiosos e lúdicos portugueses	15
III. OS 'AFRICANOS-PORTUGUESES': A REINVENÇÃO DE UMA IDENTIDADE NOVA (SÉCULOS XV-XIX)	21
Um outro nome, um novo corpo, uma língua diferente, uma religião desconhecida	21
Lugares de memória africana	22
Os 'Mulatos': uma integração inédita	24
IV. AS REPRESENTAÇÕES COLONIAIS E O REFORÇO IDEOLÓGICO DA DESVALORIZAÇÃO DOS AFRICANOS (SÉCULOS XIX E XX)	27
Os processos de legitimação colonial: ideologia e ciência	27
A banalização do 'selvagem' no Portugal colonial (XX)	29
Colonialismo, guerra colonial e reforço do racismo	34
V. SINCRETISMOS E LEGADOS NA LONGA DURAÇÃO DA HISTÓRIA	37
A reconstrução do espaço sagrado-religioso	37
Festas, memória histórica e reinvenção da africanidade	39
Mudanças no Portugal Democrático	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45



Título

A Presença Africana em Portugal, uma História Secular:
Preconceito, Integração, Reconhecimento (Séculos XV-XX)

1.ª Edição

2019

Tiragem

500 exemplares

Autoria e pesquisa documental

Isabel Castro Henriques

ISBN 978-989-685-102-6

Depósito Legal

457711/19

Design

Dinamene Rodrigues

Impressão e Acabamento

Ligrate - Atelier Gráfico, Lda.

ACM, I.P. - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, 14

1050-025 Lisboa

218 106 100 / 218 106 117

acm@acm.gov.pt

www.acm.gov.pt

Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade





APOIO:



REPÚBLICA
PORTUGUESA
SECRETARIA DE ESTADO
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

